



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 6 • nº 7 • 18/10 a 31/10/09 • ISSN1809-6182

Análises

20/10/2009 - Compra de armamentos bélicos pela América do Sul leva a discussões sobre influências externas na regiãop.01

A compra de armas russas pela Venezuela e a aliança militar feita entre Estados Unidos e Colômbia instaurou na América do Sul um cenário de discussões pautadas no acirramento decorrente das tensões existentes entre Rússia e Estados Unidos.

20/10/2009 - As Novas Perspectivas de Barack Obama para Guantánamo.....p.04

Após ordenar o fechamento do Centro de Detenção de Guantánamo, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, marca a ruptura com a política de luta contra o terrorismo do ex-presidente dos EUA, George W. Bush.

Resenha

20/10/2009 - INFORME SOBRE O G20: Medidas de investimento e comércio Período reportado: 2 de abril a 15 de agosto de 2009p.07

A pedido das vinte maiores economias do mundo (os países do chamado G20), a OMC publicou um relatório a respeito dos mecanismos que foram utilizados para lidar com a atual crise financeira, dando ênfase à questão do comércio e dos investimentos movimentados por tais países.

Compra de armamentos bélicos pela América do Sul leva a discussões sobre influências externas na região

Análise
Segurança
Larissa Rabelo
20 de outubro de 2009

A compra de armas russas pela Venezuela e a aliança militar feita entre Estados Unidos e Colômbia instaurou na América do Sul um cenário de discussões pautadas no acirramento decorrente das tensões existentes entre Rússia e Estados Unidos.

Ao tomar como embasamento analítico a perspectiva histórica, pode-se dizer que não é a primeira vez que a América do Sul se encontra como palco de influências da Rússia e dos Estados Unidos por intermédio da Venezuela e da Colômbia, respectivamente. Em 1999, a implementação do Plano Colômbia possibilitou a influência estadunidense no território colombiano por meio de uma iniciativa voltada para reestruturação do aparato institucional, social e econômico do país e do enfrentamento do maior problema local: o conflito armado e o combate ao narcotráfico. Os Estados Unidos justificaram a intervenção a partir do argumento de que estavam atuando em uma “guerra contra as drogas”.

O Plano Colômbia vigorou em grande medida devido a ajuda financeira estadunidense direcionada ao país, mas não obteve grande êxito o que levou ao seu fim no dia 28 de abril de 2005 quando a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, sob mandato no governo Bush (2005 – 2009), declarou oficialmente o término do Plano. A declaração da Secretária de Estado estadunidense ocorreu sob um tom de insatisfação e de preocupação, uma vez que a retirada da ajuda direta dos Estados

Unidos à Colômbia ocorria paralelamente a uma transação comercial de compra de fuzis de assalto russos por parte do então presidente da Venezuela, Hugo Chávez. O governo dos Estados Unidos temia qualquer tipo de mobilização por parte do presidente venezuelano, pois desde sua posse como presidente em 1999, Chávez tem se mostrado fiel à sua conduta “anti estadunidense” na região da América do Sul. [\[ver também: O fim do Plano Colômbia e a compra de armas pela Venezuela\]](#). Além disso, a aproximação venezuelana com os russos também não agradava aos Estados Unidos que não sustentavam uma relação fortemente estabelecida com o país.

Recentemente, no dia 11 de setembro de 2009, após um encontro com o Primeiro Ministro da Rússia, Vladimir Putin, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, comunicou a compra de mísseis russos por parte da Venezuela. A compra envolve um montante de aproximadamente 6,6 bilhões de dólares, mas até então a Rússia disponibilizou à Venezuela um crédito de cerca de 2,2 bilhões de dólares para o primeiro montante da compra realizada. Entre os artefatos bélicos adquiridos pelos venezuelanos estão: tanques, helicópteros, fuzis, mísseis, radares, supersônicos de

ataque e capacetes com artefatos eletrônicos para o uso de equipes de forças especiais.

Os críticos a Hugo Chávez acreditam que a compra dos artefatos bélicos russos foi a maneira encontrada pelo presidente venezuelano de responder à aliança feita entre o presidente da Colômbia Álvaro Uribe e o governo dos Estados Unidos. Esta aliança se baseia na decisão colombiana de permitir que bases militares estadunidenses sejam instaladas em território colombiano com o objetivo de combater o narcotráfico e coibir a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- FARC¹.

Ainda no que se refere ao contexto atual, o presidente Hugo Chávez é um dos críticos mais fervorosos quanto à instalação das bases estadunidenses na Colômbia. Chávez argumenta que essas novas bases poderão ameaçar a estabilidade da América do Sul e que a aliança formada não estaria pautada na transparência. Como resposta a Chávez, a atual Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, argumenta que a ausência de transparência esta presente na política de aquisição de armas russas articulada pelo governo venezuelano. O que se percebe, mais uma vez, é a preocupação dos Estados Unidos no que diz respeito aos movimentos políticos tomados pelo presidente Hugo Chávez que reafirmam o caráter antiestadunidense do presidente.

O recente ambiente instaurado na América do Sul, apesar de se constituir sob uma perspectiva conturbada, apresenta instrumentos, como o Conselho de Defesa da União de Nações Sul-americanas presente na União de Nações Sul-americanas (Unasul)², como tentativa

de articulação para a permanência da estabilidade na região. Após a declaração de Uribe sobre a aliança instaurada com os Estados Unidos, a repercussão na América do Sul demandou a convocação dos chefes de estados Sul-americanos para uma reunião da Unasul, ocorrida no dia 28 de agosto de 2009. O encontro contou com a exposição das diferentes opiniões a respeito da nova aliança na região, mas não houve grandes avanços quanto à formação de uma opinião comum sobre a instauração da nova parceria. Para tanto, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sugeriu uma nova convocação do Conselho de Defesa da União de Nações Sul-americanas para setembro, com o objetivo de amenizar o clima de discordância existente entre os atores que divergem quanto à nova parceria com os Estados Unidos, sendo estes atores Colômbia e Venezuela, principalmente. Entretanto, a reunião não obteve sucesso em virtude do posicionamento da Colômbia de rejeitar a ação da Unasul como monitora das sete bases militares estadunidenses que estão previstas para serem instaladas na Colômbia.

Sendo assim, o impasse da nova aliança do continente ainda continua instaurado no ambiente Sul-americano sobre o respaldo do Conselho de Defesa da União de Nações Sul-americanas. Pode se dizer que, apesar do respaldo institucional previsto pela Unasul, há que se considerar limites quanto à atuação da mesma como um instrumento eficiente de intermediação na relação entre os Estados. As últimas reuniões ocorridas para a discussão sobre a nova aliança colombiana apresentou a Unasul como sendo um palco de debate entre os membros e não

¹ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia surgiram no século XX, a partir de grupos de auto-defesa camponesa orientados por propósitos marxista-leninistas para o governo colombiano.

² O Conselho de Defesa da União de Nações Sul-americanas está presente na União de Nações

Sul-americanas (Unasul). O Conselho tem como função: a elaboração de uma defesa conjunta, o intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, a realização de exercícios militares conjuntos, a participação em operações de paz das Nações Unidas e a troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e integração de bases industriais de material bélico.

como um aparelho institucional capaz de promover o alinhamento entre os países da América do Sul.

No que diz respeito aos países interventores do cenário conturbado da América do Sul, Estados Unidos e Rússia tem apresentado relações instáveis desde o período da Segunda Guerra Mundial. Enquanto a Rússia constituía a União Soviética e defendia os moldes socialistas, os Estados Unidos contrastavam o ambiente internacional da guerra ao defenderem e expandirem o capitalismo. Mesmo após o fim da Guerra Fria que implicou a instauração da paz no cenário mundial, Estados Unidos e Rússia ainda travam discussões acirradas. Em 2007, por exemplo, as intenções estadunidenses de instalar parte de seu sistema antimísseis na Polônia e na República Tcheca sob o argumento de um provável ataque iraniano geraram reação contrária por parte dos russos. De acordo com a Rússia, a instalação das bases antimísseis estaria ameaçando a segurança do país e, portanto, não seria viável a presença destas no local pré-determinado pelos Estados Unidos. [ver também: [A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense](#)]. Durante este entrave, EUA e Rússia usaram de estratégias políticas e militares para se reafirmarem diante do outro. Seja por experiências do passado ou mesmo pelas simples discordâncias atuais existentes entre as respectivas políticas externas, o que se pode ver é a constante inconsistência que há na relação dos dois países que por sua vez tem sido estendida e retratada na América do Sul.

Referência

Documentos: ABNT Palavras Chave

Artigos: ABNT

Sites:

América economia

<http://www.americaeconomia.com.br>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

Estadão

<http://www.estadao.com.br>

Globo

<http://g1.globo.com>

Ver Também:

10-05-2005: O fim do Plano Colombia e a compra de armas pela Venezuela.

05-05-2007: A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense

Palavras Chave: Larissa Rabelo, América do Sul, Estados Unidos, Rússia

As Novas Perspectivas de Barack Obama para Guantánamo

Análise
Segurança

Maria Eugênia Nassim
20 de outubro de 2009

Após ordenar o fechamento do Centro de Detenção de Guantánamo, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, marca a ruptura com a política de luta contra o terrorismo do ex-presidente dos EUA, George W. Bush.

No dia 22 de janeiro de 2009, o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama, assinou um decreto ordenando o fechamento da prisão de Guantánamo, em Cuba, no prazo de um ano, causando preocupações no âmbito doméstico e internacional.

A base de Guantánamo, que ocupa 116 quilômetros quadrados da costa de Cuba, foi estabelecida por membros da marinha estadunidense em 1898, durante a Guerra Hispano-Americana. A base foi alugada aos EUA em 1903, através de um acordo assinado pelo Presidente Theodore Roosevelt, a um valor de cinco mil dólares mensais, que ainda é pago ao governo cubano. Essa foi utilizada novamente pelos EUA a partir de 2002, mas como um centro de detenção como parte da “guerra contra o terror” iniciada pelo governo de George W. Bush depois dos atentados a Nova York e Washington em 2001. A prisão de Guantánamo possui detentos de mais de 40 países, mas sua grande maioria vem do Afeganistão. Ademais, o centro possui 245 presos de 13 até 80 anos de idade.

Com essa decisão, o Presidente Obama marca uma grande ruptura com a política de luta contra o terrorismo do ex-presidente dos EUA, George W. Bush.

Ademais, um segundo decreto foi assinado impondo aos EUA a conformação com a Convenção de Genebra¹ e ao manual do exército americano em relação ao tratamento dos prisioneiros. Dessa maneira, o Presidente se dedica ao processo de esvaziar a prisão e pôr um fim aos tribunais de exceção, como havia dito em sua campanha eleitoral.

Diversas denúncias por organizações de defesa dos direitos humanos foram feitas ao longo dos últimos anos. Tais organizações condenavam o centro de detenção como uma zona em que não se aplicam direitos estabelecidos pela Convenção de Genebra para “prisioneiros de guerra”. Em contrapartida, os prisioneiros foram definidos como “combatentes inimigos”, termo inexistente nas leis internacionais, além do fato de que os presos permaneceram durante anos sem haver uma acusação formal.

O polêmico sistema de exceção, criado em 2006, julgou até o momento três detidos, em que um se declarou culpado, o outro terminou de cumprir sua pena e o terceiro,

¹ As Convenções de Genebra são os tratados formulados em Genebra, Suíça, que definem as leis internacionais referentes ao Direito Humanitário Internacional. Ver também: www.genevaconventions.org

que trabalhava como contato da imprensa de Osama bin Laden, foi condenado à prisão perpétua após se recusar a apresentar uma defesa. Apenas 20 prisioneiros foram acusados formalmente por crimes de guerra². Os demais ou já foram absolvidos³, mas não podem retornar a seus países de origem, onde podem sofrer perseguições políticas, ou são suspeitos de pertencer ou apoiar a rede terrorista Al Qaeda. Porém, para o Presidente, a situação para aqueles que não foram julgados é complexa. Obama já alertou que fechar Guantánamo é um processo difícil, devido ao grande número de indivíduos que são considerados uma ameaça para o país e que não foram julgados pelos seus supostos crimes.

Para Obama, Guantánamo deteriora a imagem dos EUA no plano internacional⁴, tanto em relação aos Estados responsáveis pelos prisioneiros, como também frente a organizações internacionais humanitárias. Dessa forma, esses decretos foram assinados para transmitir uma mensagem de que os EUA ainda estão no combate ao terrorismo, que o combaterão com eficácia, porém, respeitando os valores e ideais democráticos estadunidenses.

A notícia de que o fechamento desse centro de detenção se dará em um ano gera um debate sobre para onde os presos serão realocados, sendo que 48 presos aguardam a transferência e somente dois foram liberados, um para França e o outro para Inglaterra. Ademais, no dia 15 de junho de 2009, foi aprovado na Bélgica, por meio de uma videoconferência, um documento redigido conjuntamente tanto pelos membros da União Européia (EU) como pelos EUA. Este documento discute a questão da transferência de prisioneiros sobre os quais não há provas sobre seu envolvimento em atividades terroristas

para nações da União Européia. Além disso, o documento afirma que a responsabilidade de fechar Guantánamo e encontrar locais onde os presos serão instalados recai inteiramente sobre os EUA. Outra questão importante é o fato de que os EUA estudarão as chances de custear parte das despesas que a UE terá com os ex-detidos, além de compartilharem todas as informações de inteligência disponíveis do governo estadunidense. Os países da UE esperam que a atitude de ajudar Obama com o fechamento do centro de detenção pode induzir outros países a fazerem pactos similares com os EUA. Dessa forma, países da UE como Itália, Espanha e Portugal estão no processo de negociações bilaterais com os EUA para decidirem sua participação no fechamento do centro de Guantánamo.

Contudo, Barack Obama afirma que nenhuma ação que apresente risco à população estadunidense será tomada⁵. Para o Presidente, o problema sobre o que fazer com os presos não existe pela decisão de fechar o centro de detenção e, sim, pela decisão de terem aberto Guantánamo em primeiro lugar. Dessa maneira, Obama diz que como Presidente de uma nação que representa a justiça e a democracia, ele não pode fechar os olhos para os erros do governo Bush. Para que isso ocorra, os Estados Unidos necessitam ter padrões de lei claros e legítimos para que todos os presos possam ser justamente julgados e, além disso, precisam ser criados processos periódicos de revisão para que tais erros não voltem a acontecer.

Todavia, os desdobramentos da decisão do Presidente estadunidense em relação à base de Guantánamo geraram diversas posições controversas, tanto no âmbito externo, como no âmbito interno. No nível internacional, o realojamento dos

² A terceira Convenção de Genebra, escrita em 1949, e o Tratado de Roma delimitam os crimes de guerra. Ver também: www.genevaconventions.org

³ Cerca de 50 prisioneiros.

⁴ www.atarde.com.br

⁵ ver também: http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-the-President-On-National-Security-5-21-09/

prisioneiros levantou questões mais profundas, como o caso da China, em que o governo chinês demanda o retorno dos 17 prisioneiros da minoria chinesa Uighurs ao país. Porém, o retorno à Beijing, capital chinesa, leva a um dilema, já que a suspeita do governo chinês da participação desses prisioneiros no movimento separatista pode levá-los a tomar medidas condenáveis pelo governo estadunidense, como tortura e até mesmo a morte, atrasando a devolução ao país de origem. Isto é, com o fechamento do centro de detenção, Obama enfrenta uma questão importante, na qual busca realocar os prisioneiros sem afetar a segurança internacional e ao mesmo tempo buscando prover segurança aos prisioneiros libertos para que nenhuma repercussão negativa aconteça internacionalmente. Internamente, uma forte pressão republicana toma conta do país, onde diversos vídeos foram publicados criticando a posição de Obama, afirmando que os EUA estarão à mercê dos terroristas e que o centro deveria se manter aberto. Com a rejeição do Congresso⁶ à proposta de Barack Obama de 80 milhões de dólares para o fechamento do centro e a apreensão da população estadunidense, pode-se entender que os Republicanos estão no processo de atingir seus objetivos⁷.

Referência

Sites:

Time

www.time.com

Unificado

www.unificado.com.br

CNN

www.cnn.com

Revista Abril

www.abril.com.br

Ver Também:

23/02/2006: [ONU divulga relatório sobre Guantánamo](#)

Palavras-chave: Guantánamo, terrorismo, Barack Obama.

⁶ ver também: <http://edition.cnn.com/2009/POLITICS/07/17/pm.obama.guantanamo/index.html>

⁷ ver também: <http://www.gop.gov/wtas/09/05/06/is-guantanamo-republicans-winning-issue>

INFORME SOBRE O G20:

Medidas de investimento e comércio

Período reportado: 2 de abril a 15 de agosto de 2009

Resenha
Economia e Comércio

Marina Scotelaro de Castro
20 de outubro de 2009

A pedido das vinte maiores economias do mundo (os países do chamado G20), a OMC publicou um relatório a respeito dos mecanismos que foram utilizados para lidar com a atual crise financeira, dando ênfase à questão do comércio e dos investimentos movimentados por tais países.

A forte contração da economia global durante o período que se estendeu do início de 2008 até 1º trimestre de 2009 teve impacto profundo no comércio e nos investimentos internacionais, com a queda do volume de mercadorias comercializadas e dos ‘investimentos diretos estrangeiros’.

Devido à crescente preocupação global demonstrada nos fóruns econômicos mundiais, os países que compõem o G20¹, em 2 de abril de 2009, encomendaram um relatório à OMC, que em parceria com a OCDE e com a UNCTAD, falaria a respeito dos mecanismos de investimento e comércio utilizados por esse grupo. As funções deste documento, divulgado em 14 de setembro de 2009, se resumiam em publicar e monitorar como os países do G20 tem se comportado quanto às suas responsabilidades² ligadas aos princípios

de “resistir ao protecionismo e [de] promover comércio e investimentos globais”.

O relatório não encontrou indicadores de altos níveis de protecionismo (medidas restritivas ao comércio e ao investimento) como uma reação instantânea à crise pelos membros do G20. As tendências verificadas pela OMC indicam que as medidas praticadas estão voltadas para abertura e clareza das ações políticas e econômicas. Vários acordos internacionais foram firmados para barrar o controle realizado por companhias estrangeiras que tinham como função diminuir o grau de investimentos. Contudo, ao longo do relatório, em seus anexos, é possível compreender que todas as medidas

investimento e comércio em produtos e serviços; (2) minimizar qualquer impacto negativo no comércio e investimento de suas ações políticas domésticas, afastando-se de protecionismos financeiros os quais constroem a circulação mundial de capital especialmente para os países em desenvolvimento; (3) reportar à OMC sobre qualquer tipo de medidas e requisitá-la a monitorar e publicar a aderência dos membros do G20 a essas responsabilidades trimestralmente; e (4) facilitar quaisquer passos que possam promover e facilitar o comércio e o investimento.

¹ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

² As responsabilidades do G20 se resumem em: (1) deter a criação de novas barreiras contra

(protecionistas ou não) tomadas pelos membros que compreendem o chamado G8³ acabam por beneficiar as atividades comerciais desse mesmo grupo.

Área de Comércio

Na questão referente ao comércio, o relatório apontou que o protecionismo nacional foi contido devido à criação de programas para lidar com a restauração do crescimento do comércio global. Entretanto, alguns destes programas contêm elementos que favorecem as indústrias nacionais para exportações, ou seja, aumentam as tarifas que impedem a entrada de produtos estrangeiros em alguns setores dos países que a empregam. Isso gera um efeito ruim para o comércio, visto que a competitividade dos produtos se torna desigual, já que com o apoio do governo, o livre mercado não consegue dar condições iguais para todos os países. Estas medidas são até mesmo usuais em crises econômicas e são, em larga medida, enfraquecidas pelas regras e mecanismos da OMC, da OCDE e da UNCTAD, que juntos, promovem a defesa dos Estados prejudicados por essas ações protecionistas.

Junho de 2009 foi o primeiro mês, neste período de crise, a reportar um crescimento na exportação, indicando o começo de uma normalização do comércio internacional, apesar de ainda estar muito abaixo dos níveis de crescimento anteriores à crise (19% contra os 2,5% atuais). Com exceção de três países⁴, os membros do G20 têm vivenciado um aumento nesse setor, com destaque para os países asiáticos, cuja recuperação econômica tem se dado de maneira mais rápida do que nos países desenvolvidos,

podendo ser explicada pelo crescente comércio intra-regional. Essa é uma justificativa dada pelo próprio relatório, baseado nos crescentes indicadores comerciais da China, Coréia do Sul e do Japão. Apesar dessa constatação, outros dados indicam o crescimento também de países em outras regiões do mundo.

Logo após o início da crise, todos os países sofreram uma queda em torno de 50% no nível de suas importações e exportações. As maiores recuperações até o período de julho de 2009 aconteceram na China (principalmente), Brasil e Japão. Os países do G8 conseguiram se estabilizar no comércio, mas não de maneira imediata. Os outros membros do G20 retomaram seus níveis anteriores à crise, curiosamente sendo estes mesmos países que possuem balança comercial positiva. O relatório trata esse importante dado de forma bem superficial, somente sendo percebido quando se faz uma análise minuciosa dos gráficos apresentados. Estes países foram os “esquecidos” das instituições de Bretton Woods, acordos que previam auxílio financeiro somente à reconstrução européia no período pós-II Guerra⁵, e hoje é possível apontá-los como cruciais na reestruturação da ordem econômica internacional.

É notório também que os preços dos produtos exportados e importados aumentaram em relação ao dólar. Isso é importante, pois as variações de preços (ou flutuações) das *commodities*, por exemplo, e das taxas de câmbio são recorrentes em toda a história do sistema monetário internacional, principalmente em períodos de instabilidade (crises ou grandes guerras). Ao mesmo tempo que podem indicar uma instabilidade sistêmica, também podem ser

³ Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

⁴ México, que registrou pequenos declínios em exportação e importação, e Coréia do Sul e Brasil, com a permanência de seus níveis de exportação no mês de julho.

⁵ Ver RUGGIE, John Gerard. *International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. International Organization*, Vol. 36, No. 2, *International Regimes*. (Spring, 1982), pp. 379-415.

interpretados como forma de ajuste econômico em períodos de crise como o atual⁶.

Essas melhoras progressivas ajudam a manter os princípios de liberalização do comércio prezada pelos membros do G20. Mesmo que alguns deles tenham colocado medidas protecionistas no período, há um sinal que seus governos têm se comportado de maneira favorável aos princípios da OMC, determinando a diminuição de tarifas, de custos na produção e o estímulo à demanda em vários casos, tudo para reverter a contração do comércio global. De modo geral, não houve restrições às exportações. As políticas tarifárias foram feitas para as importações, mas, ainda assim, limitadas para um número pequeno de produtos⁷.

Área de Investimentos

Os membros do G20 também desempenham um papel importante nos investimentos mundiais, sendo responsáveis por quase 70% da saída e do destino dos 'investimentos diretos estrangeiros'. O relatório constata, de uma maneira geral, que os países do G20 adotaram medidas favoráveis⁸ à concessão e exportação de crédito e garantias aos investimentos, tanto para as empresas que suportaram a crise, quanto para aquelas que sofreram grandes impactos.

Não obstante, os países do G8 aplicaram claros incentivos e subsídios às suas indústrias (com destaque para automobilística no Canadá, Estados

Unidos e Japão) e também ao setor agrícola, o que causa uma desigualdade na concorrência mundial. Isso se deve ao fato de que o montante investido é altamente desproporcional em relação aos outros países que não tem essas mesmas condições. Esses tipos de medidas, para comércio e investimento (chamadas de políticas de risco) continuarão sendo aplicadas enquanto a recuperação econômica não se mostrar firme e as oportunidades de empregos e atividades comerciais não voltarem a crescer novamente. Essas políticas de risco ou "medidas emergenciais"⁹ têm como função restringir o movimento do capital mundial, e isso pode agravar a situação do mercado do comércio e dos investimentos mundiais ao mesmo tempo em que pode minar a confiança no recente processo de recuperação da atividade econômica global.

Entretanto, poucas foram as medidas apontadas no relatório que podem ser consideradas como de fato restritivas aos investimentos internacionais, já que grande parte das medidas eram, pelo contrário, voltadas a facilitá-los, aumentando a abertura das ações políticas e econômicas. Quase todos os membros do G20 implementaram algum tipo de política na área de investimento ou concluíram acordos internacionais a respeito, a fim de atrair e promover investimentos internacionais. Contudo, por mais que tenham sido poucas, as medidas protecionistas não dão lugar para a complacência entre os Estados, e isso é justificado pelo relatório quando se percebe a preocupação e a vigilância entre eles, com um aumento no número de investigações abertas contra possíveis

⁶ Para uma análise histórica dos movimentos financeiros internacionais ver ENCHEINGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000. 288p

⁷ Produtos agrícolas, químicos e plásticos; veículos motores e as peças constituintes; têxteis, ferro e aço.

⁸ Entretanto, a tendência observada constata que, desde o começo da crise, tais investimentos têm decrescido em torno de 30% a 40% com relação aos seus níveis passados.

⁹ Estas medidas se relacionam a setores determinados e indústrias específicas, cujo impacto é mais claro em setores globalizados como no meio financeiro e automotivo, devido ao intenso fluxo de capital. Os subsídios também são grandes responsáveis por trazer ao mercado uma disparidade competitiva entre os produtores.

medidas protecionistas entre eles.

O relatório destaca o aumento de crédito e dos seguros nos últimos seis meses, assegurado pelo grande envolvimento de agências multilaterais nos programas que financiam a crise. Apenas países europeus¹⁰ (membros do G8, membros da Comunidade Européia e outros) participam ativamente das medidas aplicadas para ajudar a dar mais liquidez às instituições financeiras. Esta ajuda direta é, entretanto, específica a empresas originalmente européias ou estadunidenses. Os bancos favorecidos são, em grande maioria, nacionais dessas mesmas localidades, os quais recebem um grande fluxo financeiro internacional. Isso assegura o ciclo de capital entre os países desenvolvidos: na medida em que novas quantias são injetadas para dar liquidez ao mercado industrial europeu, a concentração das fontes de empréstimos dentro de suas fronteiras faz com que haja lucro para os bancos desses países. Por mais que a tentativa de incorporar as novas economias emergentes seja clara, na medida em que participam mais ativamente nos fóruns mundiais, é possível perceber que as soluções tomadas para reestruturar o sistema econômico mundial ainda estão concentradas nos grandes centros comerciais e financeiros da História.

Considerações finais

Segundo o relatório, os membros do G20 devem atentar às contradições ao introduzirem medidas protecionistas que taxam os produtos, ao mesmo tempo em que direcionam suas políticas para uma expansão do seu crescimento econômico. O interesse coletivo demonstrado pelos países do G20 para se atingir uma rápida conclusão na Rodada de Doha pode ser um indicador de que este grupo reconhece

a ineficácia das medidas protecionistas para solucionar esta crise, visto que esta negociação tem como objetivo dificultar a introdução de tarifas. O que os países do G20 devem ter em mente, segundo as instituições responsáveis pelo informe, é que a melhor saída para situações como essa é reduzir as restrições ao comércio e aos investimentos assim como o corte nos custos e preços mundiais.

A OMC prega o livre comércio desde sua fundação em 1994, mas cujas origens vêm do acordo do GATT para redução de tarifas, na década de 1940, especialmente entre as grandes potências que emergiram na época. Atualmente, entretanto, países cujo processo de liberalização é mais recente, ou mesmo os que se organizam por políticas mais reguladas, vêm alcançando uma postura mais importante para a estabilidade da economia global. Por mais que os países do G8 tenham atuado diretamente na liquidez dos bancos financeiros e comerciais, esse é um comportamento incipiente, mas agora presente também nos países do BRIC, por exemplo. Países como China e Índia demonstraram um crescimento notável e têm uma expectativa positiva para a conjuntura atual, como bem foi demonstrado também pelos indicadores do relatório da CEPAL¹¹ – discussão não abordada no relatório do G20 pela OMC.

A divergência entre os modelos adotados dentro dos próprios países em desenvolvimento que constituem o G20 tem se manifestado em diferentes níveis de influência entre as regiões do mundo. É inegável é o fato de que esse grupo de países emergentes, independente de características internas, tende a assumir papéis imprescindíveis na estabilização do sistema econômico mundial assim como fizeram os países do G8 quarenta anos atrás.

¹⁰ A China participa desse movimento apenas aumentando serviços de informações, sem participação de capital.

¹¹ Para mais informações ver o documento na íntegra **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2008-2009**.

Referência

REPORT on G20. Trade and investment measures. Disponível em:
http://www.wto.org/english/news_e/news09_e/trdev_dg_report_14sep09_e.doc

Palavras-chave: G20, OMC, investimentos, comércio.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
 Prof. Leonardo César Souza Ramos
 Prof^a. Liana Araújo Lopes

Membros: Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede; Celso Augusto de Freitas Filho; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Grayce Kelly Ferreira; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Maria Eugênia Rodrigues de Souza Nassim; Marina Scotelaro de Castro; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves; Vívian Machado Magalhães Moreira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.